



**MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**DECRETO Nº 3142, DE 16 DE MAIO DE 2022.**

*Regulamenta a instituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no âmbito do Município de Roque Gonzales, bem como os procedimentos para a Declaração Eletrônica de Serviços conforme descrito no art. 19, §1º da Lei Municipal Nº 3305/2022 e dá outras providências.*

**FERNANDO MATTES MACHRY**, Prefeito Municipal de Roque Gonzales, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, de acordo com a Lei Municipal nº 3305/2022.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam regulamentados, pelo presente Decreto, a instituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no âmbito do Município de Roque Gonzales, como também os procedimentos para a Declaração Eletrônica de Serviços – DES, previstos na Lei Municipal nº 3305/2022.

**Art. 2º** Os prestadores de serviço já estabelecidos no Município de Roque Gonzales, RS, deverão cadastrar solicitação de acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFS-e até o dia 31 de dezembro de 2022.

**Art. 3º** A utilização da NFS-e será obrigatória aos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Fiscal ou Atividade Econômica no território do Município de Roque Gonzales, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

**§ 1º** São dispensados da obrigatoriedade de emissão de NFS-e:

**I.** bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN;

**II.** contribuintes com cadastro fiscal de profissionais autônomos ou sociedades profissionais que tenham o recolhimento do ISSQN através de tributação fixa (ISS-FIXO);

**III.** contribuintes pessoas jurídicas optantes pelo Regime Tributário ao Simples Nacional qualificados como Microempreendedor Individual - MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas;

**IV.** serviços registrais e notariais.

**§ 2º** Os contribuintes não obrigados que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos da Lei nº 3305/2022 e deste Decreto Municipal.

**Art. 4º** Torna-se obrigatória a utilização do sistema NFS-e a partir de 1º de janeiro de 2023.

**"TERRA E SANGUE DAS MISSÕES"**





## MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES

### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**Art. 5º** A Declaração Eletrônica de Serviços – DES deve ser utilizada por sujeitos passivos, tomadores de serviços e/ou responsáveis tributários do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, inscritos ou não no Cadastro de Contribuintes do Município de Roque Gonzales.

**Parágrafo único.** Entende-se por Declaração Eletrônica de Serviços – DES a apresentação de escrituração do movimento econômico de forma eletrônica, diretamente por acesso remoto com operação em tempo real, transmissão de dados via internet ou por meio magnético.

**Art. 6º** Todas as pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, estabelecidas no Município de Roque Gonzales estão obrigadas a fazer a apresentação da Declaração Eletrônica de Serviços – DES.

**Parágrafo único.** Não incluem-se nesta obrigação as instituições financeiras, entidades sem fins lucrativos, instituições de ensino e demais órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 7º** A Declaração Eletrônica de Serviços consiste no registro mensal das informações econômico-fiscais, decorrentes de serviços prestados ou tomados, por sistema de processamento eletrônico de dados, relativamente a:

- I. Notas Fiscais e ou cupons fiscais emitidos;
- II. Notas Fiscais e ou cupons fiscais cancelados;
- III. Recibos e outros documentos referentes a serviços tomados;
- IV. Valores do ISSQN retido na fonte pelo responsável tributário.

**§ 1º** A Declaração Eletrônica de Serviços deverá ser realizada mensalmente, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente à prestação dos serviços para empresas categoria geral e até o dia 20 (vinte) para empresas optantes pelo Simples Nacional, através de endereço eletrônico ([www.roquegonzales.rs.gov.br/site](http://www.roquegonzales.rs.gov.br/site)).

**§ 2º** A veracidade dos dados declarados será de inteira responsabilidade do sujeito passivo e ficará sujeita à homologação fiscal.

**Art. 8º** São responsáveis tributários pela retenção e pelo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, nos termos do art. 29 da Lei Municipal nº 658/85, as pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado, que contratarem ou utilizarem serviços de empresas cadastradas ou não neste Município e, dentre essas, tiverem atividades elencadas na referida Lei Municipal.

**§ 1º** O valor do imposto a ser retido do prestador de serviço, pelo responsável tributário, será calculado com a aplicação das alíquotas previstas nas tabelas constantes nos anexos da Lei Municipal nº 658/85, considerando a IN RFB 1234/2012 em atendimento ao Decreto Municipal nº 3140/2022.

**Art. 9º** Os tomadores e intermediários de serviços, com estabelecimento no Município de Roque Gonzales, inscritos ou não no Cadastro Municipal de Contribuintes, ficam obrigados

**"TERRA E SANGUE DAS MISSÕES"**





## MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALES

### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

a apresentar a declaração eletrônica de serviços tomados ou intermediados, a partir da competência janeiro 2023.

**Art. 10.** Os contribuintes e tomadores de serviços inscritos no cadastro do Município de Roque Gonzales, que não tiverem movimentação econômica no período de apuração do imposto, apresentarão a Declaração de Não Movimentação, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao mês de competência.

**Art. 11.** As solicitações de documentos fiscais padronizados serão geradas eletronicamente, através do sistema com operação "on line", acessível no endereço eletrônico "www.roquegonzales.rs.gov.br/site".

§ 1º O usuário deverá mencionar a quantidade de documentos fiscais desejado.

§ 2º Autorização de Impressão de Documentos Fiscais terá validade de 30 (trinta) dias após a liberação pelo Município.

**Art. 12.** A autorização será gerada pela autoridade fiscal, também eletronicamente, e estará disponível para consulta pelo contribuinte ou pessoa autorizada perante o fisco municipal.

**Art. 13.** Sempre que necessário, a Declaração Eletrônica de Serviços – DES será regulamentada por Decreto Executivo emitido pelo Senhor Prefeito Municipal, promovendo as devidas alterações.

**Art. 14.** Os contribuintes que não cumprirem as disposições deste Decreto estarão sujeitos as penalidades previstas no Capítulo VI da Lei Municipal nº 3305/2022.

**Art. 15.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ROQUE GONZALES, 16 DE MAIO DE 2022.

Fernando Mattes Machry,  
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL  
- GABINETE -  
ROQUE GONZALES - RS

*Registre-se e Publique-se.*

Rodrigo Issler Scheeren,  
Secretário de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL  
- SEC. ADMINISTRAÇÃO -  
ROQUE GONZALES - RS

Este documento ficou afixado no painel  
de publicações da Prefeitura Municipal.  
de 16/05/22 a 16/06/22

Secretario de Administração

"TERRA E SANGUE DAS MISSÕES"